

Senhores Acionistas, em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 2014 juntamente com o relatório dos auditores independentes. Oportunamente, confirmamos a adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos estabelecidos no projeto do empreendimento, conforme estabelecido no § 3º do Artigo 8º do Regulamento Anexo à Resolução 3.040, de 2002.

Balancos Patrimoniais em 30 de Junho de 2014 e 2013 - Em R\$ mil			
	30/06/2014	30/06/2013	
ATIVO			
Circulante	15.952	13.500	
Disponibilidades	84	-	
Títulos e Valores Mobil. e Instr. Financ Derivativos	11.431	-	
Relações Interfinanceiras	-	13.500	
Operações de Arrendamento Mercantil	4.062		
Arrendamento a receber - setor privado	6.168	-	
Adiantamento para arrendamento mercantil	4.037	-	
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(6.121)	-	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22)	-	
Outros Créditos	365		
Outros Valores e Bens	10		
Não Circulante	14.740		
Realizável a Longo Prazo			
Operações de Arrendamento Mercantil			
Arrendamento a receber - setor privado	9.620	-	
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(9.620)	-	
Imobilizado de Uso	194		
Outras imobilizações de uso	239	-	
Depreciações acumuladas	(45)	-	
Imobilizado de Arrendamento	14.546		
Bens arrendados	15.548	-	
Depreciações acumuladas	(1.401)	-	
Superveniência de depreciação	399	-	
Total do Ativo	30.692	13.500	
PASSIVO			
Circulante	15.758		
Outras Obrigações	15.758		
Empréstimos no país - outras instituições	4.649	-	
Fiscais e previdenciárias	278	-	
Diversas	10.831	-	
Não Circulante	5.767		
Empréstimos no país - outras instituições	5.767	-	
Patrimônio Líquido	9.167	13.500	
Capital Social:	13.500	13.500	
De domiciliados no exterior	13.500	13.500	
Prejuízos acumulados	(4.333)	-	
Total do Passivo	30.692	13.500	

Demonstração do Resultado dos Semestres Finais em 30 de Junho de 2014 e 2013 - Em R\$ mil			
	30/06/2014	30/06/2013	
Receitas da Intermediação Financeira	2.301		
Operações de arrendamento mercantil	1.928	-	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	373	-	
Despesas da Intermediação Financeira	(1.605)		
Operações de empréstimos e repasses	(283)	-	
Operações de arrendamento mercantil	(1.290)	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22)	-	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	696		
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.916)		
Despesas de pessoal	(2.286)	-	
Outras despesas administrativas	(592)	-	
Despesas tributárias	(37)	-	
Outras despesas operacionais	(1)	-	
Resultado Operacional	(2.220)		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(2.220)		
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	
Prejuízo do Semestre	(2.220)		
Quantidade de ações	13.500.000	13.500.000	
Prejuízo por lote de mil ações - R\$ 1,00	(0,1644)	-	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido nos Semestres Finais em 30 de Junho de 2014 e 2013 - Em R\$ mil			
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Eventos			
Integralização de capital social	13.500	-	13.500
Saldo em 30 de Junho de 2013	13.500	-	13.500
Mutações do Período	13.500	-	13.500
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	13.500	(2.113)	11.387
Prejuízo do semestre	-	(2.220)	(2.220)
Saldo em 30 de Junho de 2014	13.500	(4.333)	9.167
Mutações do Período	-	(2.220)	(2.220)

Demonstração dos Fluxos de Caixa nos Semestres Finais em 30 de Junho de 2014 e 2013 - Em R\$ mil			
	30/06/2014	30/06/2013	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do semestre antes dos ajustes	(2.220)	-	
Ajustes ao prejuízo			
Depreciações e amortizações	1.185	-	
Insuficiência (superveniência) de depreciação	(243)	-	
Geração Bruta de Caixa	(1.278)		
(Aumento)/Redução nos ativos		(13.500)	
Relações interfinanceiras	-	(13.500)	
Operações de arrendamento mercantil	(1.167)	-	
Outros créditos	(281)	-	
Outros valores e bens	(7)	-	
Aumento/(Redução) nos passivos			
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	36	-	
Outras obrigações - diversas	6.905	-	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.486	(13.500)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aumento de Imobilizado de uso	(5)	-	
Aumento do Imobilizado de arrendamento	(12.172)	-	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(12.177)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Integralização de capital	-	13.500	
Variação em empréstimos no país	8.523	-	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	8.523	13.500	
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	554		
(+) Saldo Inicial de Caixa	10.961	-	
(-) Saldo Final de Caixa	11.515	-	
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	554		

(a) Refere-se a adiantamento de viagens, adiantamento a fornecedores e adiantamento de vale refeição/alimentação. (b) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicação financeira.

10. Obrigações por Empréstimos: O valor de R\$ 10.416 (curto prazo R\$ 4.649 e longo prazo R\$ 5.767) em 30 de junho de 2014 refere-se a obrigações por empréstimos na modalidade "sem direito de regresso" e foram estruturados através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, contratadas segundo determina a Resolução nº 2921/02 do BACEN.

11. Outras Obrigações Diversas: A composição do saldo era a seguinte:			
Descrição	30/06/2014	30/06/2013	
Despesas de Pessoal	343	-	
Outras despesas administrativas	60	-	
Outros pagamentos - Nota (a)	10.428	-	
Total	10.831		
(a) O valor de R\$ 10.428 refere-se a valores a pagar para fornecedores de imobilizado para operações de leasing.			

12. Capital Social: O capital social está representado por 13.500.000 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, apresentando a seguinte composição por acionista:

Acionista	Quantidade de Ações	Participação %	Sede
CHG-Meridian do Brasil			
Participações Financeiras Ltda.	13.500.000	100%	Brasil
Total	13.500.000	100%	

A CHG-Meridian do Brasil Participações Financeiras Ltda. tem como controladores: CHG-Meridian AG, sediada na Alemanha e CHG-Meridian México S.A.P.I. DE C.V. sediada no México. Os acionistas são assegurados 25% de dividendo mínimo obrigatório, calculado sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária.

13. Limites Operacionais (Acordo de Basileia): O Índice de Basileia em 30/06/2014 foi apurado segundo critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente.

Abaixo segue quadro demonstrativo, conforme regulamentação em vigor:

Descrição	30/06/2014
PR - Patrimônio de Referência	11.280
Margem sobre o Capital Principal Requerido	10.690
PRE - Patrimônio de Referência Exigido	1.442
Risco de crédito abordagem padronizada (RWACPAD)	12.791
Risco de Mercado (PJUR, PCOM, PACS)	316
Valor de Margem	9.695
Índice de Basileia	86

14. Riscos Operacionais: O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos internos. A CHG-Meridian Arrendamento Mercantil implantou sistema de Gerenciamento do Risco Operacional, que conta com o apoio da Diretoria para promover a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, com o objetivo de evitar ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, bem como risco legal. Em atenção à regulamentação vigente, as recomendações do comitê da Basileia e as práticas de Mercado com o objetivo de gerenciamento dos seus riscos, a instituição adota as seguintes práticas:

a) Riscos de crédito – possibilidade de perdas decorrentes da inadimplência pelo tomador ou contraparte nos termos acordados em contratos. Com o objetivo de mitigar e controlar esse risco a CHG estabeleceu as políticas de crédito e procedimentos que visam monitorar o risco de crédito. b) Risco Operacional – O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos. A CHG estabeleceu políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento dos riscos, com também divulga tais políticas e procedimentos a todos os funcionários da Organização. A CHG identifica e registra perdas operacionais em base histórica, como também estimula toda e qualquer ação na identificação dos riscos operacionais em toda a organização. A CHG monitora os riscos operacionais de serviços terceirizados relevantes e desenvolve planos de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas. c) Risco de Mercado – Conforme determina a resolução do CMN nº 3.464/07 a área de gerenciamento de risco de mercado atua de forma independente das áreas de negócios e tem por objetivo atender as recomendações e normas dos órgãos reguladores. Para tanto utiliza metodologias e modelos que contemplam as melhores práticas de mercado. Diariamente o risco de mercado é avaliado. d) Risco de Liquidez – Em atenção à Resolução do CMN nº 4.090/12 e as normas dos órgãos reguladores e, utilizando-se de metodologia e modelos que contemplam as melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado. e) Gestão de Capital – Em atenção à resolução CMN nº 3.988/11 a CHG implementou estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela instituição, para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e realizar o monitoramento de eventual necessidade de capital.

Gabriela Higasi - Contadora - CRCISP 199278/O-4

1. Contexto Operacional: A CHG-Meridian do Brasil Arrendamento Mercantil S/A é uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6404/76 e alterações posteriores, e tem por objetivo efetuar operações de arrendamento mercantil de bens, nas modalidades financeira, operacional e operacional definidas pela Lei nº 6.099/74 e alterações. A Companhia está equiparada às instituições financeiras, estando sujeitas ao cumprimento das normas e aos controles do Banco Central do Brasil – BACEN. A autorização para funcionamento junto ao BACEN foi publicado no Diário Oficial da União em 25 de Junho de 2013.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, no que forem aplicáveis.

3. Convergência com as Práticas Contábeis Internacionais: A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. O BACEN já aprovou algumas Resoluções que referem-se a aplicabilidade das seguintes CPC's: 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25, e Pronunciamento Conceitual Básico (R1) emitido pelo CPC, aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo BACEN. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN.

4. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: a) Auração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moedas nacional de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08, que incluem: saldos em bancos, caixa e aplicações financeiras cujo prazo de vencimento na data de aplicação for inferior a 90 dias e não estão sujeitos a risco de mercado significante. c) Instrumentos Financeiros – Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa. Os instrumentos financeiros não derivativos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados até o vencimento, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. d) Operações de arrendamento mercantil: i. Operações de arrendamento mercantil financeiro - estão registradas pelo valor atualizado, quando aplicável, pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia quando aplicável, deduzidas das rendas a apropriar que são mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência. As operações de arrendamento mercantil operacional são classificadas nos respectivos níveis de risco conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, pelo seu valor presente das contraprestações e dos valores de VRG garantidos pelos arrendatários, descontados pela taxa de desconto implícita nos contratos, para cálculo da provisão para devedores duvidosos. ii. Operações de arrendamento mercantil operacional - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia, quando aplicável, deduzidas das rendas a apropriar que são mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência. As operações de arrendamento operacional são classificadas nos respectivos níveis de risco, para cálculo da provisão para devedores duvidosos. As operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por operações de arrendamento de equipamentos de informática. iii. A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/04, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: I - Arrendamentos a receber: refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil: representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. III - Imobilizado de arrendamento: é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstas na legislação vigente.

IV - Superveniência (insuficiência) de depreciação: os registros contábeis da Sociedade são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" e "III" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/09, é calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil. e) Obrigações por empréstimos: São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. f) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. g) Obrigações por empréstimos: São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. h) Imposto de renda de pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSLL: A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240.000,00. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. i) Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: O PIS foi apurado com base na alíquota de 0,65% e a COFINS foi apurada com base na alíquota de 4%, ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor. j) Mensuração a valor de mercado: A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. k) Uso de estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing"; e (vi) derivativos embutidos - o valor de revenda de bens arrendados em contratos de aquisição de bens. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

5. Gerenciamento de Risco: A gestão de riscos da Companhia está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações e de forma a atender

às disposições da regulamentação em vigor.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa: De acordo com a política da Companhia os equivalentes de caixa são mantidos com a única finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins. Dessa forma, a Companhia mantém suas disponibilidades de caixa exclusivamente depositadas em conta corrente e em aplicação de renda fixa e CDB. A posição de caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2014 era composta pelos seguintes valores:

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Disponibilidades em Bancos	84	-
Aplicação em CDB	3.022	-
Aplicação em Renda Fixa	8.409	-
Total	11.515	

7. Operações de Arrendamento Mercantil: a) Ajustes nas Operações de Arrendamento Mercantil: Os registros contábeis da Sociedade são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro de receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429 do Banco Central do Brasil, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o resultado e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, porém as rubricas que abrangem os valores das operações de arrendamento mercantil permanecem com os seus saldos apurados por procedimentos não uniformes com as referidas práticas contábeis, mas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. b) Valor presente das operações de arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esse valor é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, atendendo desta forma, às normas do Banco Central do Brasil, nas quais são resumidas a seguir:

Descrição	30/06/2014	30/06/2013
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro		
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Curto Prazo	2.685	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Curto Prazo	(2.681)	-
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Longo Prazo	4.775	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Longo Prazo	(4.775)	-
Valor residual garantido a realizar	11	-
Valor residual garantido a balancear	(11)	-
Bens arrendados - ativo permanente	6.744	-
Depreciações acumuladas	(724)	-
Superveniência de depreciação	399	-
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	6.423	
Adiantamento para Arrendamento (a)	4.037	
Operações de Arrendamento Mercantil Operacional		
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Curto Prazo	3.483	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Curto Prazo	(3.440)	-
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Longo Prazo	4.834	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Longo Prazo	(4.834)	-
Bens arrendados - ativo permanente	8.804	-
Depreciações acumuladas	(677)	-
Contratos registrados no balanço de arrendamento mercantil Operacional	8.170	
(a) O valor de R\$ 4.037 mil refere-se a adiantamento a fornecedores de imobilizado para operações de arrendamento mercantil, em fase de instalação dos equipamentos nos clientes da CHG.		

c) Segregação do valor presente por tipo de atividade econômica:

Atividade Econômica - Arrendamento Financeiro	30/06/2014	30/06/2013
PRIVADO - Indústria	2.972	-
PRIVADO - Comércio	766	-
PRIVADO - Intermediários Financeiros	2.441	-
PRIVADO - Outros Serviços	244	-
Total	6.423	
Atividade Econômica - Arrendamento Operacional	30/06/2014	30/06/2013
PRIVADO - Indústria	5.246	-
PRIVADO - Comércio	2.442	-
PRIVADO - Intermediários Financeiros	408	-
PRIVADO - Habitação	74	-
Total	8.170	

d) Distribuição do valor presente por faixa de vencimento:

Faixa de vencimento - Arrendamento Financeiro	30/06/2014	30/06/2013
Vencidos	4	-
A vencer até 90 dias	659	-
A vencer de 91 a 360 dias		